

Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.197.385/0001-21



ZURICH®



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas
Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Minas Brasil Seguros S.A.**, relativas ao exercício de 2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

De acordo com a legislação societária, fica assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.

Investimentos
Os investimentos em títulos de renda fixa, variável e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício, o montante de R\$ 2.399 milhões (R\$ 2.233 milhões em 2017). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" e "Disponível para Venda" e "Ao Valor Justo por Meio do Resultado" em 2017) em atendimento a Circular SUSEP nº 517/15, e alterações posteriores. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores.

Provisões Técnicas
O valor contabilizado das provisões técnicas, em 2018, era de R\$ 4.931 milhões (R\$ 4.684 milhões em 2017), enquanto que os ativos de resseguro eram R\$ 1.245 milhões (R\$ 1.282 milhões em 2017). Os ativos garantidores das provisões técnicas atingiram R\$ 2.400 milhões (R\$ 2.076 milhões em 2017).

Desempenho Operacional
A Zurich Minas Brasil Seguros S.A. apresentou em 2018 um lucro de R\$ 13.203 mil (R\$ 120.016 mil de prejuízo em 2017). Os ativos totais atingiram o montante de R\$ 8.388 milhões em 2018 (R\$ 7.317 milhões em 2017), enquanto que o patrimônio líquido atingiu R\$ 2.394 milhões (R\$ 1.605 milhões em 2017). O volume de prêmios emitidos em 2018 atingiu R\$ 3.697 milhões (R\$ 3.596 milhões em 2017) e os prêmios

ganhos atingiram R\$ 3.503 milhões (R\$ 3.054 milhões em 2017). O índice de sinistralidade geral ficou em 35,32% em 2018 e 39,40% em 2017. As despesas de comercialização atingiram 40,66% dos prêmios ganhos em 2018 e 39,60% em 2017. Quanto às operações de resseguros, as despesas atingiram R\$ 555 milhões (R\$ 625 milhões em 2017) e as receitas atingiram R\$ 431 milhões (R\$ 378 milhões em 2017).

As despesas administrativas atingiram R\$ 671 milhões em 2018 (R\$ 557 milhões em 2017).

Controles Internos e Compliance
O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos baseada em **Sarbanes-Oxley (SOX)**, para garantir a acurácia das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionados às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe SOX, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles.

Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RAQE, um sistema corporativo gerido para função de **Group Risk Management**, permitindo uma gestão adequada destes controles.

A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich.

Quanto à estrutura de **Compliance**, o Grupo Zurich a mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade do departamento de **Compliance** a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo.

Também é de responsabilidade do **Compliance** a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de **Compliance** na empresa e o monitoramento do cumprimento dos **standards** do Grupo Zurich.

Perspectivas

O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich.

Na opinião da administração, estes crescentes investimentos aliados ao foco estratégico nos clientes, sobretudo em suas necessidades e desejos, trarão a escala e a eficácia operacionais necessárias à concretização das metas do Grupo Zurich, que por meio desta sinergia, as expectativas positivas se estendem também para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

Agradecimentos

A Zurich Minas Brasil Seguros S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2019.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE		3.352.562	3.684.894	CIRCULANTE		4.325.323	4.554.804
Disponível	5	32.965	12.837	Contas a pagar		216.224	392.395
Caixa e bancos		32.965	12.837	Obrigações a pagar		13.701	230.891
Equivalente de Caixa		4.195	10.881	Impostos e encargos sociais a recolher	14.a	53.358	54.377
Aplicações	6	38.447	361.759	Encargos trabalhistas		21.388	18.832
Créditos das operações com seguros e resseguros		972.245	989.423	Impostos e contribuições		11.502	10.520
Prêmios a receber	7	899.482	888.513	Outras contas a pagar	14.b	116.275	77.775
Operações com seguradoras		3.633	4.351	Débitos de operações com seguros e resseguros		668.938	438.825
Operações com resseguradoras	8.b	69.130	96.559	Prêmios a restituir		42.785	30.568
Outros créditos operacionais		3.051	3.506	Operações com seguradoras		54.011	39.941
Ativos de resseguro e retrocessão	8.a	1.214.735	1.240.143	Operações com resseguradoras	8.b	324.726	302.020
Títulos e créditos a receber		80.938	42.452	Corretores de seguros e resseguros		61.786	(8.352)
Títulos e créditos a receber	9	63.831	33.618	Outros débitos operacionais	15	185.630	74.648
Créditos tributários e previdenciários	13	12.447	5.276	Depósitos de terceiros	16	2.910	16.722
Outros créditos		4.660	3.558	Provisões técnicas – seguros	18.a	3.437.251	3.706.862
Outros valores e bens	11.a	6.947	17.064	Danos		3.109.680	3.396.581
Bens a venda		6.947	17.064	Pessoas		327.571	310.281
Despesas antecipadas		3.235	3.485				
Custos de aquisição diferidos	10.b	995.804	1.003.344	NÃO CIRCULANTE		1.682.481	1.156.801
Seguros		995.804	1.003.344	Contas a pagar		22.651	14.298
NÃO CIRCULANTE		5.049.801	3.632.179	Tributo diferido	13.c	22.651	14.298
Realizável a longo prazo	6	3.095.819	2.560.828	Provisões técnicas – seguros	18.a	1.493.964	977.208
Aplicações	8.a	31.201	42.186	Danos		1.442.935	936.572
Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas		183.742	150.806	Pessoas		51.029	40.636
Títulos e créditos a receber		13	32.009	Outros débitos		152.539	152.172
Créditos tributários e previdenciários	17.c	144.550	138.729	Provisões judiciais	17.a	152.539	152.172
Depósitos judiciais e fiscais	17.d	7.183	12.077	Débitos diversos		13.327	13.123
Outros créditos operacionais		630	630	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.394.559	1.605.468
Empréstimos e depósitos compulsórios		630	630	Capital social	20.a	3.109.579	3.109.579
Despesas antecipadas	10.b	518.594	494.739	Aumento de capital (em aprovação)	20.b	740.000	740.000
Custos de aquisição diferidos		327	733	Reserva de capital	20.c	38	38
Seguros		518.594	494.739	Ajuste de avaliação patrimonial		104.578	68.690
Investimentos	12.a	90.187	21.468	Prejuízos acumulados		(1.559.568)	(1.572.771)
Participações societárias	12.b	90.187	21.468	(-) Ações em tesouraria	20.d	(68)	(68)
Imobilizado		11.761	11.707	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.402.363	7.317.073
Bens móveis	12.c	1.852.034	1.038.176				
Outras imobilizações		1.852.034	1.038.176				
Intangível		8.402.363	7.317.073				
Outros intangíveis		8.402.363	7.317.073				
TOTAL DO ATIVO		8.402.363	7.317.073				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL (Valores expressos em reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.889.579	220.000	38	32.797	(1.452.755)	(68)	1.689.591
Aumento de capital:							
AGE de 29/01/2016	–	–	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/DIORG nº 243 de 03/03/2017	220.000	(220.000)	–	–	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	35.704	–	–	35.704
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	–	–	–	189	–	–	189
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(120.016)	–	(120.016)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.109.579	–	38	68.690	(1.572.771)	(68)	1.605.468
Aumento de capital:							
AGE de 17/10/2018	–	740.000	–	–	–	–	740.000
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	37.998	–	–	37.998
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	–	–	–	(2.110)	–	–	(2.110)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.203	–	13.203
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.109.579	740.000	38	104.578	(1.559.568)	(68)	2.394.559

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Zurich Minas Brasil Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, que tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares, em qualquer de suas modalidades ou formas em todo o território nacional, além da participação em outras sociedades.

O capital social da Seguradora em 2018 é constituído por 4.726.767 (3.193.182 em 2017) ações ordinárias divididas em dois acionistas. A companhia Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, possui 99,9999% das ações enquanto que a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça.

Conforme a Circular SUSEP nº 395/09 e alterações posteriores, a Seguradora opera com grupo de ramos e é autorizada a operar nos ramos patrimonial, riscos especiais, cascos, responsabilidades, automóveis, transportes, riscos financeiros, crédito, pessoas coletivas, habitacional e rural, pessoas individual, marítimos e aeronáuticos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. E também a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora em curso normal.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras, exceto quando indicado ao contrário, se encontram em milhares de reais, arredondando para o milhar mais próximo e com a consequência de que os montantes arredondados podem nem sempre somar com os totalizadores apresentados.

2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora é o real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

(a) Classificação

A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Seguradora não tem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, independentemente da sua data de vencimento e mensuráveis ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento.

As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Operações de crédito com coseguradoras e resseguradoras", "Outros créditos operacionais" e "Títulos e créditos a receber, não associados a créditos tributários a imposto sobre renda". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para **impairment** (perda) no mínimo anualmente.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (**impairment**), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receita financeira.

Os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de sua controlada são reconhecidos na data que é realizada a assembleia para deliberação.

A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização.

(c) Redução ao valor recuperável (**impairment**) de ativos financeiros

(i) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a:

- dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou morá no pagamento de juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira.

As perdas decorrentes do teste de **impairment** são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decréscimo de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. Essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor e, portanto, inclui todos os valores devidos (vencidos e a vencer) do mesmo devedor.

A redução ao valor recuperável para ativos de resseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito, quando o crédito for com terceiros. Para ativos de resseguro sobre transações entre empresas relacionadas ao próprio grupo econômico, a Seguradora elaborou um estudo técnico com base nos últimos 3 anos, considerando as estimativas operacionais a recuperar e os valores recuperáveis ao longo do tempo, bem como, a faixa de dias de recuperação. De acordo com o estudo técnico, não há indicio para constituição a redução ao valor recuperável. Para os ativos de resseguro cedido relacionado a sinistro, a Seguradora efetua a redução ao valor recuperável com período de inadimplência superior a 180 dias do vencimento do crédito, conforme estudo próprio.

Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.197.385/0001-21



... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixas e bancos	32.965	12.837
Fundos de investimentos	4.195	10.881
Total	37.160	23.718

6. Aplicações – circulante e não circulante

(a) Classificação das aplicações financeiras

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações financeiras com suas respectivas taxas de contratação:

	2018	2017
Ao valor justo por meio do resultado	–	147.646
Quotas de fundos de investimentos – DPVAT	–	147.646
Disponíveis para venda	2.399.772	2.085.847
Tesouro Prefixado (LTN)	480.911	984.932
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B)	1.783.304	74.311
Tesouro SELIC (LFT)	4.077	9.988
Letras Financeiras (LF)	113.027	4.711
Quotas de fundos de investimentos	10.990	0,46%
Ações	7.462	0,31%
Total de ativos financeiros	2.399.772	2.233.493

	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado	Ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários (i)	Custo Atualizado
Tesouro Prefixado (LTN)	19.995	–	–	460.916	480.911	13.319	467.592
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B)	–	–	–	1.783.304	1.783.304	89.210	1.694.094
Tesouro SELIC (LFT)	–	–	–	4.077	4.077	(1)	4.078
Letras Financeiras (LF)	–	–	–	113.028	113.028	3.745	109.283
Quotas de fundos de investimentos	10.990	–	–	–	10.990	–	10.990
Ações	7.462	–	–	–	7.462	324	7.138
Total em 2018 (i)	38.447	–	–	2.361.325	2.399.772	106.597	2.293.175
Total em 2017 (i)	213.420	–	–	148.339	1.871.734	–	2.164.851

(i) Não está sendo contemplado o valor de ajuste de avaliação patrimonial em controladas que somam em 2018 R\$ 2.110 (negativo de R\$ 91 em 2017).

(b) Estimativa do valor justo

A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 – títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2 – títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 – principalmente títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	Nível 1	Nível 2	2018 Total
Títulos disponíveis para venda	2.388.782	10.990	2.399.772
Tesouro Prefixado (LTN)	480.911	–	480.911
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-F)	1.783.304	–	1.783.304
Tesouro SELIC (LFT)	4.077	–	4.077
Letras Financeiras (LF)	113.028	–	113.028
Quotas de fundos de investimentos	–	10.990	10.990

(c) Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos/Atualizações	Ajustes TVM	Saldo em 2018
Ao Valor Justo por meio do Resultado	147.646	–	(147.646)	–	–	–
Renda Fixa – quotas de fundos de investimento – DPVAT	147.646	–	(147.646)	–	–	–
Títulos Disponíveis para Venda	2.085.847	4.250.070	(4.206.564)	226.177	44.242	2.399.772
Tesouro SELIC (LFT)	9.988	619.621	(630.120)	4.590	(2)	4.077
Tesouro Prefixado (LTN)	984.932	837.841	(1.407.313)	90.295	(24.844)	480.911
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B)	1.028.786	2.577.944	(2.007.152)	107.403	76.323	1.783.304
Letras Financeiras (LF)	29.846	134.967	(66.420)	11.005	3.630	113.028
Renda Fixa – Quotas de fundos de investimento	22.829	66.386	(79.140)	915	–	10.990
Ações	9.466	13.311	(16.419)	11.969	(10.865)	7.462
Total	2.233.493	4.250.070	(4.354.210)	226.177	44.242	2.399.772

	Saldo em 2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos/Atualizações	Ajustes TVM	Saldo em 2017
Ao valor justo por meio do resultado	124.110	28.625	(19.098)	14.009	–	147.646
Renda fixa – quotas de fundos de investimento – DPVAT	124.110	28.625	(19.098)	14.009	–	147.646
Títulos disponíveis para venda	1.487.293	2.589.142	(2.239.906)	201.904	47.414	2.085.847
Tesouro SELIC (LFT)	–	9.985	(9.985)	3	–	9.988
Tesouro Prefixado (LTN)	1.171.261	688.902	(1.027.152)	140.113	11.808	984.932
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-F)	245.243	1.694.958	(992.777)	55.860	25.520	1.028.786
Letras Financeiras (LF)	3.891	33.198	(10.476)	2.323	910	29.846
Debêntures	4.992	44.550	(50.806)	1.258	6	6
Quotas de fundos de investimento	61.628	117.549	(158.695)	2.347	–	22.829
Ações	–	–	–	–	9.188	9.466
Total	1.611.403	2.617.767	(2.259.004)	215.913	47.414	2.233.493

(d) Ativos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	2018
Aplicações financeira	–	0,00	2.399.772	100	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	–	–	972.245	91,69
Títulos e créditos a receber (exceto depósitos judiciais e fiscais)	–	–	–	–	120.130	8,31
Total	0,00	–	2.399.772	100	1.092.375	100

	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	2017
Aplicações financeiras	147.646	100	–	–	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	–	–	989.423	94,78
Títulos e créditos a receber (exceto depósitos judiciais e fiscais)	–	–	–	–	54.529	5,22
Total	147.646	100	–	–	1.043.952	100

(e) Análise de sensibilidade

A Seguradora realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa Selic os quais estão apresentados brutos de efeito tributário conforme destacado no quadro a seguir:

	Títulos federais	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Ações	2018 Total
Aplicações	2.268.292	113.027	10.990	7.462	2.399.772
Selic – % a.a.	6,40	6,40	–	0,00%	6,40
CDI – % a.a.	–	–	6,39	0,00%	6,39
Ibovespa (pontos)	–	–	–	89,70%	89,70%
Projeção rentabilidade próximos 12 meses	–	–	–	–	–
Resultado	–	–	–	–	–
Provável:	145.171	7.234	706	7.462	160.572
Queda 25%	108.878	5.425	529	5.597	120.429
Queda 50%	72.585	3.617	353	3.731	80.286
Elevação 25%	181.463	9.042	882	9.328	200.715
Elevação 50%	217.756	10.851	1.058	11.193	240.858

	Títulos federais	Títulos privados	Quotas de fundos de investimentos	Ações	2017 Total
Aplicações	2.023.706	29.846	170.475	9.466	2.233.493
Selic – % a.a.	6,9	6,9	–	6,89	6,9
CDI – % a.a.	–	–	6,89	–	6,89
Ibovespa (pontos)	–	–	–	76,402	76,402
Projeção rentabilidade próximos 12 meses	–	–	–	–	–
Resultado	–	–	–	–	–
Provável:	139.636	2.059	11.746	9.466	162.907
Queda 25%	104.727	1.545	8.809	7.100	122.180
Queda 50%	69.818	1.030	5.873	4.733	81.450
Elevação 25%	174.545	2.574	14.682	11.833	203.634
Elevação 50%	209.454	3.089	17.619	14.199	244.360

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central.
Fonte CDI: Taxas efetivas retiradas da CETIP.
Fonte Ibovespa: Posição de fechamento do Ibovespa na Bolsa de Valores de São Paulo

7. Prêmios a receber

(a) Prêmio líquido a receber por ramos de seguros

	2018	2017
Garantia estendida	299.406	303.210
Riscos diversos	166.806	163.688
Vida	90.191	79.123
Automóveis	107.200	97.064
Garantia segurado – setor público	77.807	66.450
Riscos nomeados e operacionais	38.138	42.347
Resp. civil facultativa	24.821	36.293
Riscos de engenharia	15.539	18.175
R. C. de adm. e diretores (D&O)	26.804	37.401
Responsabilidade civil	12.548	7.824
R. C. profissional	6.859	7.443
Compreensivo empresarial	13.235	7.237
Microseguros	4.108	5.398
Transporte internacional	1.439	1.126
Transporte nacional	689	1.672
Compreensivo condomínio	941	1.133
Demais	12.861	12.929
Total	899.482	888.513

(b) Movimentação do prêmio líquido a receber

	2018	2017
Saldo no início do exercício	888.513	801.938
Emissões	4.207.142	3.910.609
Cancelamentos	(361.057)	(301.209)
Recebimentos	(3.848.058)	(3.583.395)
Constituição – RVNE	12.942	60.570
Saldo no final do exercício	899.482	888.513

Os montantes acima apresentados são compostos dos prêmios comerciais acrescidos do imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e do adicional de fracionamento.

(c) Aging list de prêmios a receber de segurados

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 364 dias	Acima de 365 dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	511.305	152.227	155.169	16.031	18.241	112.550	965.523
A Vencer	478.961	133.238	148.732	13.969	12.407	36.041	823.348
Vencidos	32.344	18.989	6.437	2.062	5.834	76.509	142.175
Redução ao valor recuperável	(3.821)	(1.151)	(1.276)	(731)	(2.915)	(56.147)	(66.041)
A Vencer	(2.722)	(339)	(21)	(4)	(12)	(3.050)	(6.956)
Vencidos	(1.099)	(812)	(1.255)	(727)	(2.911)	(56.147)	(62.951)
Total de prêmios a receber	507.484	151.076	153.893	15.300	15.326	56.403	899.482

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 364 dias	Acima de 365 dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	490.297	273.237	48.193	13.822	30.329	103.778	959.656
A Vencer	437.685	252.291	42.673	12.827	23.158	33.370	801.464
Vencidos	52.612	20.946	5.520	1.535	7.171	70.408	158.192
Redução ao valor recuperável	(3.293)	(5.028)	(2.965)	(980)	(3.319)	(55.558)	(71.143)
A Vencer	(2.005)	(812)	(127)	(4)	(2)	(2.946)	(6.996)
Vencidos	(1.288)	(4.216)	(2.838)	(980)	(3.317)	(55.558)	(68.197)
Total de prêmios a receber	487.004	268.209	45.228	12.842	27.010	48.220	888.513

	2018	2017
Saldo no início do exercício	(71.143)	(35.184)
Aumento na provisão	(34.874)	(64.723)
Baixa na provisão	39.976	28.764
Saldo no final do exercício	(66.041)	(71.143)

(e) Prazo médio de parcelamento

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos, a Seguradora tem operado com uma média de parcelamentos em cinco vezes.

(f) Operações com seguradoras

Os valores com créditos das operações com as seguradoras referem-se basicamente ao prêmio de cosseguro

As tabelas a seguir demonstram a posição das aplicações financeiras conforme suas respectivas faixas de vencimentos.

Título	Classe	Taxa de juros contratada</
--------	--------	----------------------------

Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.197.385/0001-21



ZURICH®

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

Descrição	2018	2017
Resultado antes dos impostos e participações	59.452	(91.060)
Participação sobre o resultado	(34.225)	(30.009)
Resultado antes dos impostos	25.226	(121.069)
Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% (i)	(6.307)	30.267
Resultado de participações em controladas	(10.834)	640
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	3.813	(692)
Incentivos fiscais	1.215	-
Compensação de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	5.657	-
Créditos tributários não constituídos (ii)	(5.568)	(35.896)
Imposto de renda e contribuição social	(12.024)	1.093

(i) A Seguradora possui decisão judicial transitado em julgado e não é sujeita à tributação da contribuição social sobre o lucro líquido.

(ii) Demais ajustes – ajustes efetuados concernentes em sua maioria a baixas de débitos fiscais.

(b) Ativos e passivos fiscais

Natureza e origem dos créditos tributários

	Saldo em 2017	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 2018
Sobre diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais	27.419	1.137	-	28.556
Provisão para riscos trabalhistas	5.727	-	(319)	5.408
Provisão para riscos cíveis	5.205	-	11.120	16.325
Outras provisões temporárias	20.177	(6.409)	-	13.768
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	58.527			64.057
Créditos não registrados sobre diferenças temporárias	(58.527)	(5.529)	-	(64.057)
Saldo dos créditos tributários registrados sobre diferenças temporárias (i)	-	-	-	-
Sobre prejuízo fiscal				
Prejuízo fiscal	131.321	-	-	117.586
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal	131.321			117.586
Créditos não registrados sobre prejuízo fiscal	(131.321)	-	-	(117.586)
Saldo dos créditos tributários registrados sobre prejuízo fiscal (i)	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	188.816	3.303	(10.748)	182.498
Créditos não registrados	(188.816)	(3.303)	10.748	(182.498)
Saldo dos créditos tributários registrados (i)	-	-	-	-

(i) A Seguradora não reconheceu os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e ajustes temporais em consonância com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

(c) Passivos diferidos

	Saldo em 2017	Consti-tuição	Realização	Saldo em 2018
Provisão para impostos diferidos				
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda (i)	14.298	8.353	-	22.651
Saldo da provisão para impostos diferidos	14.298	8.353		22.651
Saldo em 2016	14.298			22.651
Provisão para impostos diferidos				
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	2.587	11.711	-	14.298
Saldo da provisão para impostos diferidos	2.587	11.711		14.298

(i) A Seguradora reconheceu o imposto diferido passivo, concernente ao ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários, classificados como disponíveis para venda, com fulcro no art. 339 do Decreto nº 3.000/99 (RIR/99). Tal registro tem como base os papéis com vencimento a partir de 01 de janeiro de 2019, em linha com a expectativa de apuração de resultado tributável por parte da Seguradora, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2018	2019	2020	2021 e seguintes
Projeção de lucro/prejuízo tributável	(75.743)	(12.894)	84.494	92.406	222.754
Realização dos TVM	-	1.283	4.463	4.061	8.620

:: 14. Impostos e encargos sociais a recolher

	2018	2017
Imposto de renda retido de funcionário	3.580	3.061
Imposto de renda retido de terceiro	2.816	2.550
Imposto sobre operações financeiras	40.933	42.607
Contribuições previdenciárias	3.639	3.486
Outros impostos, contribuições e encargos sociais	2.390	2.673
53.358	54.377	

:: 14.b Outras contas a pagar

	2018	2017
Projetos	42.413	15.670
Outras contas intercompany	38.416	34.105
Via varejo	13.798	4.072
Provisões Judiciais	4.421	2.577
FESR	4.215	2.126
Incentivo de vendas	523	3.140
Assessoria de marketing	1.231	1.726
Assistência 24h	4.517	5.338
Outros	8.585	7.177
116.275	77.775	

:: 15. Outros débitos operacionais

	2018	2017
Agentes e correspondentes	40.520	6.142
Espôndios de operações financeiras	145.250	67.598
Contas a pagar – DPVAT	-	944
Outros débitos	(140)	(36)
185.630	74.648	

:: 16. Depósitos de terceiros**(a) Discriminação de depósitos de terceiros**

	2018	2017
Cobrança antecipada e prêmios e emolumentos	2.910	16.722
2.910	16.722	

O saldo de depósitos de terceiros estão substancialmente alocados abaixo de 90 dias.

:: 17 Provisões para contingências e depósitos judiciais

	2018	2017
(a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos		
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	112.051	108.445
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos Trabalhistas	21.631	22.907
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos Cíveis	18.857	20.820
Total	152.539	152.172

(b) Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos fiscais e obrigações Legais

	Saldo em 2017	Consti-tuição	Reversão	Baixas por Pagamentos	Saldo em 2018
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	108.445	3.606			112.051
PIS (i)	31.001	1.171	-	-	32.172
COFINS (ii)	29.185	906	-	-	30.091
INSS (iii)	39.306	1.366	-	-	40.672
CSLL (iv)	8.679	9	-	-	8.683
Contingências Fiscais IRPJ	274	9	-	-	282
Provisão para processos judiciais e administrativos	43.727		(3.239)		40.488
Trabalhistas	22.907	-	(1.276)	-	21.631
Cíveis	20.820	-	(1.963)	-	18.857
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	152.172	3.606	(3.239)		152.539

(b) Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos fiscais e obrigações Legais

	Saldo em 2016	Consti-tuição	Reversão	Baixas por Pagamentos	Saldo em 2017
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	110.263	5.010			(6.828)
PIS (i)	36.513	1.001	-	-	31.001
COFINS (ii)	28.759	426	-	-	29.185
INSS (iii)	34.957	4.349	-	-	39.306
CSLL (iv)	8.444	235	-	-	8.679
Contingências Fiscais IRPJ (v)	1.590	-	-	(1.316)	274
Provisão para processos judiciais e administrativos	42.163		5.536		(3.972)
Trabalhistas	19.360	3.547	-	-	22.907
Cíveis	22.803	1.989	-	-	(3.972)
Saldo dos créditos tributários registrados	152.426	10.546			(10.800)

Principais teses em discussão contenciosa:

(i) PIS

1. Ação distribuída requerendo que seja reconhecido o direito da empresa de não se sujeitar ao recolhimento do tributo instituído pela EC 01/94. Alternativamente requereu-se o reconhecimento do direito ao pagamento da contribuição apenas após o decurso do prazo de 90 dias, contado da publicação de Lei que regulamente a cobrança, bem como que sua base de cálculo seja aquela definida na legislação do IR – receita bruta. O processo está sobrestado aguardando julgamento da repercussão geral no STF RS 11.877 em 2018 e (RS 11.487 em 2017).

2. A Seguradora distribuiu, em 2005, ação ordinária, com pedido de tutela antecipada, que visa assegurar o direito ao não recolhimento do PIS, na forma prevista pelo art. 3º, § 1º da Lei 9.718/98, até ulterior alteração legislativa regulamentadora do art. 195, I, “b”, da CF/88 (na redação dada pela EC nº 20/98), bem como o direito de efetuar a compensação dos valores indevidamente recolhidos da referida evação, desde 1901/2000, com quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.

O êxito da presente demanda está relacionado ao julgamento do Leading Case Recurso Extraordinário 400479, que versa sobre abrangência do conceito de receita bruta para fins de tributação da contribuição para o PIS e também ao Leading Case RE 600.096, que versa sobre a constitucionalidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras das instituições financeiras R\$ 14.695 em 2018 e (R\$ 14.094 em 2017).

(ii) COFINS

1. A Seguradora vem discutindo judicialmente o alargamento da alíquota de 3% para 4%, que foi instituída pela Lei nº 10.684 de maio de 2003, passando a incidir sobre os fatos geradores a partir de 01 de setembro de 2003. O processo está sobrestado aguardando julgamento do RE 656.089, representativo da controvérsia, pelo STF RS 23.653 em 2018 e (RS 22.897 em 2017).

(iii) INSS

1. Seguradora discute a inconstitucionalidade da tributação diferenciada, para as instituições financeiras e congêneres, da contribuição social ao INSS de 2,5% sobre a folha de salários e sobre as remunerações pagas ou creditadas a segurados, trabalhadores autônomos ou avulsos. Processo sobrestado para aguardar julgamento do Representativo da Controvérsia (RE nº 598.572). R\$ 38.497 em 2018 e (R\$ 37.202 em 2017).

(iv) CSLL

1. Auto de Infração lavrado para cobrar a CSLL de algumas competências de 1996 – Emenda Constitucional 10/96 (apuração mensal versus apuração anual do tributo). Após todo o deslinde do feito, o CARF houve por bem acatar o pedido da Seguradora, considerando que no período o tributo era calculado com base anual e, atualmente, discute-se apenas se há saldo remanescente a pagar à Receita Federal do Brasil R\$ 8.196 em 2018 e (R\$ 8.061 em 2017).

(c) Depósitos Judiciais e Fiscais

	2018	2017
Fiscais	133.905	128.937
PIS	45.175	43.071
INSS	40.285	38.737
COFINS	29.504	28.721
CSLL	18.101	17.693
IRPJ	740	715
Sinistros	4.731	4.155
Trabalhistas	4.971	3.249
Outros	943	2.388
Saldo dos Depósitos Judiciais e Fiscais	144.550	138.729

(d) Outros créditos operacionais (não circulante)

Em dezembro de 2015 a Seguradora afirmou um acordo com o Banco Mercantil do Brasil S.A. que encerrou o processo de arbitragem e qualquer pendência no contrato de compra e venda celebrado em 2008. No acordo a Seguradora assume uma dívida no valor de R\$ 15 milhões, sem correção ou juros, sendo já pago um valor de R\$ 8 milhões e os R\$ 7 milhões no prazo máximo de 5 anos. O Banco Mercantil do Brasil irá desembolsar para a Seguradora um valor de R\$ 17,5 milhões, corrigido pelo CDI, no prazo de 4 anos, cuja liquidação financeira será realizada por remuneração adicional de acordo com o acréscimo da porcentagem de comercialização de cada ramo de operação de vida e automóvel. Para o período de 2018, o valor a receber é de R\$ 7.183, sendo o total referente ao recebimento do Banco Mercantil do Brasil e de R\$ 3.451, outros valores a receber de R\$ 3.732 (R\$ 12.077 em 2017, sendo R\$ 8.664 referente ao recebimento do Banco Mercantil do Brasil e R\$ 3.413 de outros valores a receber).

:: 18. Provisões técnicas**(a) Seguros**

	2018	2017
Provisão de prêmios não ganhos	3.183.218	1.230.327
Provisão de sinistros a liquidar	110.771	278.162
Provisão de despesa relacionada	13.149	426
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	68.315	24.681
Provisão de sinistros ocorridos e não Sufic. avisados	24.681	356.424
Total	3.375.152	1.899.596

	2018	2017
Provisão de prêmios não ganhos	2.989.719	1.062.265
Provisão de sinistros a liquidar	109.345	98.386
Provisão de despesa relacionada	25.893	5.054
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	133.941	24.329
Provisão de sinistros ocorridos e não Sufic. avisados	1.062.265	1.062.265
Total	3.183.218	1.230.327

(b) Movimentação das provisões técnicas – seguros

	2018	2017
Saldo no início do período	2.448.360	989.509
Avisos	853.549	-
Diferimento pelo risco decorrido	(43.638)	-
Cancelamentos	-	(124.072)
Cancelamentos	-	(1.004.932)
Pagamento de sinistros	-	292.562
Ajuste de estimativa de sinistros	-	16.643
Atualização monetária e juros	-	-
Constituição	237.137	-
Reversão	-	45.821
Saldo no final do período	3.183.218	1.230.327

	2018	2017
Saldo no início do período	2.448.360	989.509
Avisos	853.549	-
Diferimento pelo risco decorrido	(43.638)	-
Cancelamentos	-	(125.773)
Cancelamentos	-	(866.742)
Pagamento de sinistros	-	258.640
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(46.916)
Atualização monetária e juros	-	-
Constituição	565.590	-
Reversão	-	35.380
Saldo no final do período	2.989.719	1.062.265

(c) Ativos garantidores das provisões técnicas

Os valores contábeis vinculados a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	2018	2017
Total das provisões técnicas	4.931.215	4.684.070
Direitos creditórios (líquido dos prêmios vencidos e não pagos)	(732.884)	(566.079)
Parcela correspondente a resseguro contratados	(1.115.025)	(1.081.091)
Custo de aquisição diferidos	(1.087.618)	(1.231.063)
Provisão consórcio DPVAT	-	(147.448)
Total das provisões técnicas a ser coberto (líquido)	1.995.688	1.658.389
Ativos oferecidos em garantia		
Letras Financeiras (LF)	113.027	29.846
Quotas de fundos de investimentos	10.990	22.829
Letras Tesouro Nacional (LTN)	480.911	984.932
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	1.783.304	1.028.786
Letras Financeiras Tesouro (LFT)	4.078	9.988
Ações	7.462	-
Total dos ativos oferecidos em garantia	2.399.772	2.076.381
Suficiência de garantia das provisões técnicas	404.084	417.992
Liquidez – 20% sobre o capital de risco (Nota 20.e)	78.091	72.650
Suficiência de liquidez	325.993	345.342

:: 19. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida

Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 17.197.385/0001-21



ZURICH®

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017		Ativo e Passivo	2018	2017		Receita e despesa	2018	2017
Despesa com atualização de contingências passivas	(2.064)	(3.563)		2018	2017			2018	2017	
Outras despesas financeiras	(2.498)	(4.587)	Zurich Insurance PLC (a)	835	443	Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (b)	2.414	462		
Total resultado financeiro	231.244	271.336	Zurich Resseguradora Brasil S.A. (a)	606	(6.796)	Zurich Insurance PLC (a)	110	205		
(j) Resultado patrimonial			Zurich Latam (b)	3.462	9.727	Zurich Argentina (b)	—	426		
Equivalência patrimonial	(43.335)	2.565	Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (b)	2.698	725	Zurich American Insurance Company (a)	(18.374)	(1.464)		
Total resultado patrimonial	(43.335)	2.565	Zurich American Insurance Company (a)	(43.090)	(7.870)	Zurich Shared Services S.A. (b)	(475)	(537)		
(k) Ganhos ou perdas com ativos não correntes			Zurich Chile (b)	(4.204)	(939)	Zurich Chile (b)	(1.025)	(738)		
Perdas com imobilizado e intangível	(513)	(319)	Zurich América Latina Serviços Brasil Ltda	(5.680)	(1.502)	Zurich Latam (b)	(5.551)	(1.350)		
Outras perdas com ativos não correntes	—	(1.444)	Demais valores a receber*	474	(841)	Zurich Companhia de Seguros, S.A	(804)	—		
Total ganhos ou perdas com ativos não correntes	(513)	(1.763)	Total do Ativo	(14.899)	(7.053)	Demais receitas*	—	413		
22. Partes relacionadas				Receita e despesa	2018	2017	Total do Receitas	(13.990)	(261)	
A Companhia Zurich Financial Services mantém estrutura operacional comum para suas empresas na América Latina. Os custos incorridos com essa estrutura são absorvidos proporcionalmente à receita auferida em cada empresa desta região, com base em termos contratuais. Estão demonstrados os saldos e valores de receitas e despesas efetuados entre a Seguradora e empresas do Grupo.			Zurich Insurance Company (a)	382	(249)	(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração	A Administração é composta pelos conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga em 2018 foi de R\$ 1.556 (R\$ 1.784 em 2017).			
			Zurich Resseguradora Brasil S.A. (a)	6.390	1.884	23. Eventos subsequentes	Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.			
			Zurich Vida e Previdência S.A.	1.901	687					
			Zurich Brasil Capitalização S.A.	1.040	—					

DIRETORES

Edson Luis Franco
Manuel Leandro Rodriguez VeraMarcio Benevides Xavier
Miguel Iniesta SoriaRoberto Eduardo Hernandez Martinez
Walter Eduardo Pereira

Peter Rebrin

CONTADORA

Ana Paula Lima Petri – CRC 1SP 267635/O-1 “S” MG

ATUÁRIA

Fernanda Lores – MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria (o “Comitê”) da ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. (“Seguradora”) é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora. Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos. As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

1. Atividades do Comitê

No decorrer do exercício de 2018, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram: a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status do plano de trabalho do Comitê; b. Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2018 e dos relatórios emitidos; c. Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2018; d. Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais; e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2018.

2. Auditoria Interna

O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2018 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2018, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa

O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2018.

4. Controladoria

Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras

O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2018, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão

Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A. a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2018.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

Membros

Julio de Albuquerque Bierrenbach
Luiz Roberto Cafarella

Helio Fernando Leite Solino

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, “itens auditados”), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerá-lo, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o seu fechamento obtido por auditoria ou de outra forma.

Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Zurich Minas Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

Membros

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo-SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19 – CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira – MIBA 729

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas

Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Minas Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerá-lo, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o seu fechamento obtido por auditoria ou de outra forma.

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CNPJ 02.646.397/0001-19 – CIBA 105

VENEZUELA

Retorno de Guaidó desafia regime de Maduro

Autoproclamado presidente interino pretende retomar atividades políticas no país, confrontando atual governo

Caracas/Brasília - Primeiro ele se autoproclamou presidente interino, depois ensaiou retomar a Cítgo, no final de semana ignorou uma proibição de viagem e, agora, Juan Guaidó disse que está voltando à Venezuela, em mais um desafio ao presidente Nicolás Maduro.

Guaidó, reconhecido pela maioria das nações ocidentais como o líder legítimo do país, foi para a vizinha Colômbia, na semana passada, para liderar um esforço, no final das contas frustrado, para levar ajuda humanitária ao seu país, que vive uma crise econômica que tem levado desabastecimento à população.

Depois de se encontrar com líderes regionais, entre eles o vice-presidente dos Estados Unidos, Mike Pence, em Bogotá, Guaidó deve retornar através da fronteira nos próximos dias e retomar suas atividades políticas, confrontando abertamente uma ordem da Suprema Corte venezuelana.

“Voltarei a Caracas nesta semana”, disse Guaidó, em uma entrevista à emissora NTN24 na terça-feira (26). “Meu papel e minha tarefa é estar em Caracas, apesar dos riscos”.

Na semana passada, ele



Juan Guaidó vai se reunir hoje com o presidente Jair Bolsonaro e outras autoridades do governo brasileiro em Brasília

partiu da capital venezuelana e atravessou o país em uma caravana, entrando na Colômbia por estradas secundárias ao longo da divisa de 2.200 quilômetros, segundo a mídia colombiana. Guaidó disse ter recebido ajuda de membros das Forças Armadas da Venezuela.

Sem cronograma - Representantes de Guaidó não quiseram informar um cronograma para seu regresso, nem disseram se ele voltará pelo mesmo caminho. Voltar por uma rota oficial seria um desafio ainda mais impetuoso à autoridade de Maduro. Maduro enfrentou um re-

púdio regional nesta semana por repelir com violência as tentativas opositoristas de enviar ajuda humanitária. Ele nega haver uma crise, apesar de ser responsável por um colapso econômico hiperinflacionário que provocou a escassez generalizada de alimentos e remédios.

A volta de Guaidó forçará Maduro a decidir se arrisca causar uma revolta internacional ainda maior tentando prender o presidente da Assembleia Nacional de 35 anos ou se lhe permite esnobar abertamente as instituições estatais ligadas ao Partido Socialista governista.

“Tentar administrar a situação Guaidó se tornou um verdadeiro problema para o governo, por ele (Guaidó) ter crescido tanto politicamente”, opinou Luis Salamanca, cientista político e professor de lei constitucional da Universidade Central da Venezuela.

Guaidó invocou cláusulas da Constituição para se declarar presidente interino em janeiro, afirmando que Maduro é um usurpador após sua reeleição de 2018, amplamente boicotada pela oposição, que apontou fraudes no processo.

Brasil - Juan Guaidó vai visitar o Brasil hoje e se reunirá com o presidente Jair Bolsonaro e outras autoridades do governo, disse sua embaixadora em Brasília, María Teresa Belandria, ontem, por telefone.

A visita a Brasília foi noticiada inicialmente pelo jornal venezuelano El Nacional, que informou que Guaidó visitará diversos países latino-americanos para discutir a crise no seu país.

O Brasil e dezenas de outros países o reconheceram como presidente interino da Venezuela, aumentando a pressão sobre o presidente Nicolás Maduro. (Reuters)

LUIZA GONZALEZ/REUTERS